Posfácio - 70 anos das operações de paz das Nações Unidas: balanços e perspectivas

Geraldine Marcelle Moreira Braga Rosas Duarte¹
Ricardo Oliveira dos Santos²

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2019v16.n1.p55

*Recebido em: 30 de junho de 2019
Aceito em: 30 de junho de 2019*

O objetivo deste dossiê foi reunir contribuições acadêmicas que suscitem reflexões acerca da evolução das operações de paz nos últimos 70 anos, desde a autorização da primeira operação de paz das Nações Unidas, em 1948. Tendo em vista o contexto de renascimento das operações de manutenção da paz (OMP), a partir do início dos anos 2000 (BELLAMY; WILLIAMS, 2010), e o momento atual de revisão de diretrizes, princípios e práticas que norteiam essas operações (PETER, 2019), buscou-se oportunizar a discussão acerca do papel da ONU como promotora da paz através de suas iniciativas de *peacekeeping*.

Os textos aqui apresentados versam sobre os desafios contemporâneos das OMP, sobre os limites e possibilidades deste importante instrumento na gestão dos conflitos armados. Na segunda parte, por meio da análise de casos selecionados, são explorados aspectos centrais das missões mais recentes da ONU (como o uso da força e o caráter híbrido dos mandatos) e do envolvimento dos Estados nas operações de paz.

O texto de Thales Leonardo de Carvalho evidencia a relevância da orientação política dos go-

vernos (direita ou esquerda) para o posicionamento dos Estados em relação às operações de paz, destacando a influência desse aspecto no processo de mudança e evolução das operações. Beatriz Albuquerque e Jéssica Barreto também exploram nuances da participação dos Estados nas missões de paz da ONU na medida em que discutem, de forma comparada, os interesses do Brasil e do Canadá ao se engajarem nessas iniciativas, buscando construir para si imagens positivas. Esses dois artigos, cada um a seu modo, sinalizam para uma reflexão crítica a respeito dos fatores que alavancam as mudanças de ênfase das operações de paz e as motivações dos Estados que se envolvem nas OMP.

Na sequência, o artigo de Rhaíssa Pagot e Kelly Ernst estabelece uma análise comparativa entre a UNAMIR e a UNAMID, concluindo que o caráter híbrido das operações de paz se configura como uma forma de legitimar as intervenções da ONU. Seguindo também um viés crítico de argumentação, o texto de Geraldine, Letícia, Matheus e Amanda problematiza as consequências do uso da força nas operações de paz, tomando como

1 Professora de Relações Internacionais, Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. ORCID: 0000-0001-8133-806X.

2 Professor de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. ORCID: 0000-0001-8788-2103.

referência a atuação da MINUSMA, no Mali, e considerando os impactos desse formato de *peacekeeping* para a construção da paz. Notadamente, essas duas contribuições discutem duas importantes tendências recentes das operações de paz da ONU: o caráter híbrido, fruto de mandatos compartilhados entre a ONU e organizações regionais, e a crescente autorização para o uso da força em prol da proteção de civis, da consecução dos mandatos e da estabilização dos países em conflito. Por fim, o artigo de Ricardo Oliveira dos Santos traz um pertinente balanço das contribuições do Brasil, nos últimos anos, para a agenda das operações de paz, indicando um papel expressivo no que tange a avanços normativos e doutrinários.

A partir da leitura deste dossiê, alguns aspectos chamam a atenção. Em primeiro lugar, é marcante a limitada produção científica, acerca das operações de paz da ONU, realizada a partir de uma perspectiva brasileira e que se coloque como referência elementar para os pesquisadores brasileiros. As contribuições de Kai Michael Kenkel, professor do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (em especial o artigo de 2013) cumprem com grande qualidade esse papel, tendo sido citadas na maior parte dos textos aqui apresentados. Contudo, a despeito da propriedade das análises de Kenkel, a ausência de um volume maior de obras brasileiras amplamente difundidas sobre operações de paz indica a existência de uma lacuna que merece ser preenchida, tendo em vista a pertinência dessa temática para a política internacional contemporânea. Espera-se que este dossiê, bem como outras iniciativas futuras, auxilie a diminuir esse hiato.

Outro aspecto que se destaca nas discussões ora realizadas é o tom crítico acerca do papel da ONU, por meio das operações de manutenção da paz, na resolução dos conflitos. Seja em virtude da tendência contemporânea de uso da força e de seus

possíveis desdobramentos, muitos deles indesejáveis, do viés ocidental e do caráter pré-formatado das intervenções, dos entraves decisórios e interesses egoístas dos Estados que se engajam no *peacekeeping* ou de outros fatores que influenciam as OMP, muito se questiona a respeito da capacidade da ONU de atuar na promoção da paz duradoura.

Não se pode negar, sem dúvidas, que são grandes e significativos os avanços normativos e operacionais vividos no universo das operações de paz nas últimas décadas, muito embora ainda haja, e possivelmente sempre haverá, já que esse é o papel da academia, espaço para críticas em relação à atuação da ONU nos conflitos armados. Mesmo sem ter sido realizada aqui uma análise minuciosa das operações de paz ativas, os artigos deste dossiê apontam problemas que se desdobram das e se correlacionam com as operações de paz da forma como elas vêm sendo projetadas e conduzidas.

A esse respeito, muitos aspectos merecem atenção e reflexão, tais como: a ausência de operações de paz em conflitos armados profundamente violentos e que deflagram graves crises humanitárias; o baixo engajamento das grandes potências; o crescente engajamento dos países em desenvolvimento no envio de tropas e os limites operacionais dessa atuação; as tendências e características dos mandatos mais recentes e seus desdobramentos no que tange ao hibridismo das missões e ao uso da força; a participação das mulheres nas operações de paz e nas iniciativas de *peacebuilding*; o papel e a importância atribuída às comunidades locais na dinâmica de reconstrução do Estado; o tempo de duração das operações de paz e as estratégias para a retirada; os abusos e violações aos direitos humanos cometidos pelos capacetes azuis; o papel da operação de paz na efetiva resolução do conflito armado, dentre tantas outras questões.

Nota-se também que, claramente, mesmo que sejam inúmeros os desafios enfrentados pela ONU

na realização das OMP, muitos avanços marcam esses primeiros anos do século XXI. Os esforços da organização no sentido de progredir normativamente e aprimorar a sua capacidade de atuação, inclusive fazendo uma leitura crítica da sua própria atuação, são visíveis nos documentos mais recentes (*HIPPO Report* e *Cruz Report*). Certamente, a despeito das dificuldades, a ONU persiste sendo a organização internacional que possui maior legitimidade para atuar na gestão dos conflitos armados, dado o seu caráter universal e o fato de que zelar pela paz e segurança internacionais se constitui como sua razão de existir. Ela é também, afirmativamente, a organização mais robusta e mais preparada para atuar na promoção da paz, uma vez que possui um aparato burocrático vigoroso, possui expertise e know-how, que é fruto tanto de fracassos quanto de sucessos, e é capaz de se reinventar tanto do ponto de vista normativo quanto no aspecto operacional.

Seja como for, diante de profundos desafios, provenientes da complexidade da política internacional, e de inúmeras possibilidades de contribuir para a resolução dos conflitos armados, a atuação da ONU via operações de paz se coloca como um instigante objeto de pesquisa para as Relações Internacionais. Ao longo desses 70 anos, as OMP tem se estabelecido como um ponto de vista privilegiado que permite refletir sobre diversos aspectos da política internacional. Espera-se que este dossiê tenha sido mais um canal para essas necessárias reflexões.

Referências

- BELLAMY, Alex J.; WILLIAMS, Paul D. **Understanding Peacekeeping**. Malden: Polity Press, 2010.
- KENKEL, Kai. Five generations of peace operations: from the “thin blue line” to “painting a country blue”. **Revista Brasileira de Política Internacional - RBPI**, v. 56, n. 1, pp. 122-143, 2013.
- PETER, Mateja. UN Peace Operations: Adapting to a New Global Order? In: DE CONING, Cedric; PETER, Mateja (Eds.). **United Nations Peace Operations in a Changing Global Order**. New York: Palgrave Macmillan, 2019.